

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

JARBAS LEANDRO ENGSTER

**AS DIFERENTES DINÂMICAS SOCIAIS E ECONOMICAS FRENTE AOS ‘NOVOS’
ESPAÇOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS:
Um Estudo Comparado Entre os Espaços Rurais, Urbanos e Rurbano**

Porto Alegre

2017

JARBAS LEANDRO ENGSTER

**AS DIFERENTES DINÂMICAS SOCIAIS E ECONOMICAS FRENTE AOS ‘NOVOS’
ESPAÇOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS:
Um Estudo Comparado Entre os Espaços Rurais, Urbanos e Rurbano**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof.^a Daniela Dias Kuhn

Co-orientador: Maycon Noremberg Schubert

Porto Alegre

2017

JARBAS LEANDRO ENGSTER

**AS DIFERENTES DINÂMICAS SOCIAIS E ECONOMICAS FRENTE AOS ‘NOVOS’
ESPAÇOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS:
Um Estudo Comparado Entre os Espaços Rurais, Urbanos e Rurbano**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Daniela Dias Kühn
Orientadora - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Lorena Fleury
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Conterato
UFRGS

Dedicarei este trabalho primeiramente a meus pais, que infelizmente não estão entre nós, meus irmãos e em especial a meu filho Arthur e minha esposa Dionara, que sempre estiveram presentes me incentivando nas horas difíceis desta caminhada e tiveram a capacidade de entender os momentos que necessitei estar ausente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade que tive de voltar a estudar depois de tanto tempo longe dos estudos e sem perspectivas de algum dia poder fazer um ensino superior.

Um agradecimento especial a minha família, meus pais Lurdes e Dirceu Engster que não estão entre nós, meus irmãos, meu filho Arthur Engster e minha esposa Dionara Ghem que me acompanharam nesta caminhada.

Gostaria de agradecer a UFRGS pela oportunidade de poder fazer parte dos discentes desta grandiosa instituição. Também a todos os professores e tutores que contribuíram com o meu aprendizado no decorrer do curso, em especial a Prof^a Daniela Dias Kühn e ao tutor Maycon Noremberg Schubert, que com dedicação, compreensão e disponibilidade em me orientar nesta hora tão decisiva para qualquer estudante que é a escrita da monografia.

Agradeço a toda equipe do polo de Picada Café que esteve presente nesta caminhada, em especial a tutora presencial Gisleine Enzweiler, que sempre colaborou e incentivou para que nunca desistíssemos dos nossos objetivos.

Aproveito para agradecer ao Sr. Amadeu Rossa, que me recebeu em diversas vezes em sua propriedade para a realização dos estágios demandados pelo curso. Também aos Sr. Heitor Mena Barreto Filho engenheiro agrônomo da Emater do município de Dois Irmãos/RS, e o Sr. Pedro Becker presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Dois Irmãos/RS.

A todos os colegas que juntos convivemos nestes anos de aprendizado os meus mais sinceros agradecimentos.

A todos o meu muito obrigado e um forte abraço.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral caracterizar as dinâmicas das populações que vivem no meio rural, rurbano e urbano, porém com atividades rurais, no município de Dois Irmãos, RS. Primeiramente, buscou-se o entender o porquê da criação do macrozoneamento rurbano, e analisar qual seria a necessidade de criação desta nova zona pelo município de Dois Irmãos. Este trabalho tem como alicerces para sua construção as características próprias de cada um dos três grupos praticantes da agricultura no município. A metodologia, contou com a coleta de dados e análise de dados secundários, além de aplicação de questionário aos três grupos praticantes da agricultura. Para selecionar o grupo da amostra, o critério usado foi que a família possui-se suas atividades produtivas ligadas à agricultura em qualquer zona do município. Os resultados do estudo demonstram que as atividades agrícolas praticados nas três macrozonas possuem certas diferenças entre elas, principalmente entre a agricultura praticada na zona rural e a agricultura praticada pelos agricultores das zonas urbana e rurbana.

A criação da lei que institui a macrozona rurbano foi fundamental para a manutenção da agricultura familiar do município, pois é nesta zona que se evidenciou a maior tendência ao crescimento e expansão das atividades dentro das unidades de produção, bem como proporcionou o aumento do potencial produtivo e criou estratégias de preservação ambiental dos ecossistemas dentro das três macrozonas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Êxodo Rural. Pluriatividade. Rurbano.

ABSTRACT

The objective of this study is to characterize the local populations dynamics, including urban, rurban and downtown areas, at Dois Irmãos, RS city. First of all we tried to understand the reason of the rurban macrozoneamento creation. The principle of this study was the construction of a structure of the characteristics of each of the three studied groups, that practice agriculture in the city. The methodology included the collection and analysis of secondary data, as well the application of a questionnaire to the three groups. The sample group was selected by the relation between the families and their agriculture activities, at each city zone. The results of the study demonstrate that the agricultural activities practiced in the three macrozones has certain differences between them, mainly between the agriculture practiced in the rural and urban zones. The creation of the law establishing the rurban macrozone was fundamental to mantains the family agriculture on the city, since this zones shows the higher growing and expansion of the agriculture production activities as well the environmental protection.

Keywords: Family farming. Rural exodus. Pluriatividade Rurban.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1–Localização do município de Dois Irmãos dentro do estado do Rio Grande do Sul 17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais setores da economia do município de Dois Irmãos/RS	18
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados das famílias entrevistadas.....	32
Tabela 2 – Faixa etária dos componentes das famílias entrevistadas.....	33
Tabela 3 – Acesso a políticas públicas pelas famílias entrevistadas por macrozoneamento em Dois Irmãos/RS.....	35
Tabela 4 – Utilização das áreas produtivas nas unidades de produção entrevistadas por macrozoneamento em Dois Irmãos/RS.....	36
Tabela 5 – Canais de comercialização produtores entrevistados Dois Irmãos/RS.....	38
Tabela 6 – Histórico das propriedades e perspectivas de investimentos das famílias entrevistadas em Dois Irmãos/RS.....	39
Tabela 7 – Avaliação dos serviços públicos pelo grupo de amostra.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEE – Federação de Economia e Estatística

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITR – Imposto Territorial Rural

PDMDI – Plano Diretor do Município de Dois Irmãos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 SINTESE DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS/RS.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
4 METODOLOGIA.....	25
5 COMPARAÇÃO DAS DINAMICAS E DOS PROCESSOS SOCIAIS ENTRE AS TRÊS ZONAS DO MUNICIPIO	27
5.1 MACROZONEAMENTO RURAL.....	27
5.2 MACROZONEAMENTO URBANO.....	28
5.3 MACROZONEAMENTO RURBANO.....	30
5.4 TENDÊNCIAS E CONTRASTES: UM OLHAR COMPARADO ENTRE AS TRÊS MACROZONAS DE DOIS IRMÃOS/RS	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	46
ANEXO 1 – DIVULGAÇÃO DA FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS E ARTESAMATO NO MUNICIPIO DE DOIS IRMÃOS/R	48
ANEXO 2 – LEI Nº 2.375/2006 INSTITUIÇÃO DO PLNO DIRETOR MUNICIPAL.....	49
ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMDO, LIVRE E ESCLRECIDO	53
ANEXO 4 – ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS/RS.....	54

1 INTRODUÇÃO

Segundo Barcellos (2000 apud, Weber 2006), o êxodo rural das décadas de 1960 e 1970 ocorreu em todo país, pois, no contexto da industrialização que se instalava, a imprensa noticiava à decadência das atividades agrícolas. Neste momento a indústria demandava por força de trabalho, tornando-se o destino de muitas famílias que residiam no meio rural.

No Brasil, a população rural atingiu seu maior número no ano de 1970, chegando a 41 milhões de habitantes, o que correspondeu a 44% do total (ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO, 2011). Desde então a população rural vem sofrendo um declínio populacional, relativo e absoluto, chegando em 1996 há um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1999). Ainda na década de 1970, a população rural mais vulnerável sofreu com a desigualdade e a exclusão estrutural idealizada pelas políticas de modernização produtivistas da agricultura, fazendo com que houvesse um movimento migratório para as áreas urbanas que teve como consequências o aumento do desemprego nos setores urbano-industriais, a pressão demográfica sobre as grandes cidades, além do aumento da violência (FIALHO E SCHNEIDER, 2000).

Camarano e Abramovay (1999), destacam que o movimento migratório ocorrido foi determinante para o processo de esvaziamento do meio rural em todo o território brasileiro, onde o êxodo parece não se ter perdido força nos últimos 50 anos, sendo que um em cada três brasileiros que viviam no meio rural optou pela migração para as áreas urbanas. Segundo os autores, diversos fatores desencadearam a evasão da população do meio rural, entre eles a falta de recursos para acompanhar o desenvolvimento estimulado pela Revolução Verde e as oportunidades de trabalho e de estudos nos centros urbanos foram fatores que impulsionaram o processo de êxodo rural.

O município de Dois Irmãos/RS sofreu as consequências do êxodo rural ao longo dos anos, na data de sua emancipação no ano de 1959, a população era em sua maioria concentrada no campo, sendo que do total dos 5.707 habitantes 4.278 ou 75% residiam no meio rural, e 25% ou 1.429 na área urbana (FEE 2010). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no ano de 2010 residiam 249 pessoas na área rural, menos de 1% da população total de 27.572, com densidade demográfica de 423,17 hab./km² (IBGE, 2010).

O município de Dois Irmãos/RS, é integrante do Vale do Rio Feitoria, afluente do Rio Cai, com área de 66,4 km² e altitude média de 172 metros. Berço da colonização alemã no estado, este foi transformado no 4º distrito de São Leopoldo no ano de 1857, obtendo sua emancipação sob a Lei Estadual N° 3.823 na data de 10 de setembro de 1959 (VIER 1999, p.

16).

Nas décadas de 1980 e 1990, o município tornou-se polo nacional da fabricação de calçados, fazendo com que o número de habitantes da população rural caísse aproximadamente cerca de 80% entre essas duas décadas. Já a população total do município teve um aumento superior a 25% (FEE, 2010). Esse aumento se deve principalmente à migração de pessoas de várias regiões do estado e de fora dele. Estas foram atraídas pela oportunidade de trabalho no município, deixando para trás uma agricultura familiar desvalorizada e desacreditada por motivos como as recorrentes crises do setor e fatores climáticos.

A possibilidade do trabalho assalariado, fez com que alguns membros das famílias do município de Dois Irmãos optassem por deixar o meio rural e outros preferiram manter a residência no meio rural, ainda que trabalhassem no meio urbano. Esses que continuaram residindo no local e buscaram por trabalho fora da propriedade foram caracterizados com dupla ocupação, que tinha como objetivo obter fonte de renda extra. Schneider (2003), destaca que este foi um fenômeno social muito comum na década de 1970 e tinha como objetivo a diversificação das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores. Segundo o autor, a pluriatividade implica na gestão do trabalho familiar, onde o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo ser a atividade principal ou, apenas complementar.

Com o passar dos anos, o município, que possuía características predominantes da agricultura familiar teve seu espaço ocupado cada vez mais pelo processo de industrialização que se instalava, transformando áreas rurais em urbanas para que as indústrias do setor coureiro-calçadista pudessem se instalar. Com isso, a população destas áreas também passou a fazer parte do urbano do município. Corrêa (1999), define o espaço urbano como um conjunto de terras sobrepostas entre si e com diferentes usos, onde estão concentrados o centro da cidade. O centro é o local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, áreas industriais e áreas residenciais distintas em termos de formas e conteúdo social.

No município as áreas rurais e urbanas estão lado a lado uma da outra, ou até mesmo sobrepostas devido ao crescimento populacional que ocorreu a partir da década de 1990. Segundo dados do IBGE (2010), no ano de 1996 a população total do município era de 17.882 habitantes, passando para 27.572 habitantes no ano de 2010. Um crescimento de 54,18% em apenas 14 anos.

Assim como existem áreas de produção agrícola dentro da área de macrozoneamento determinada urbana, também existem dentro da zona rural, áreas que servem apenas para moradia ou áreas de lazer como chácaras e sítios. Tendo essa situação característica como

elemento apontado no texto o Novo Rural Brasileiro (GRAZIANO, 1997), no ano de 2006 a Prefeitura Municipal instituiu a lei nº 2.375/2006 (anexo 1), denominada de Plano Diretor do Município de Dois Irmãos (PDMDI), esta lei tem a função de ser “Instrumento de Planejamento Técnico, Administrativo e Político que orienta o desenvolvimento sustentável das ações dos agentes públicos e privados, nos espaços urbano e rural, do território municipal” (PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS, 2006).

Dentre outras atribuições desta lei, ela é responsável em estabelecer as macrozonas urbana, rural e rurbana.

Entende-se, que a lei foi criada para beneficiar a população rural que ainda praticava a agricultura mesmo localizada dentro da área urbana do município, bem como gerar a expansão de forma ordenada, promover a preservação ambiental e a produção de alimentos. Está veio para garantir o acesso às políticas públicas e direitos adquiridos pelos agricultores, mesmo que as propriedades estejam localizadas dentro da zona urbana do município. Também é importante ressaltar que os moradores da área rurbana que possuem atividade agrícola comprovada pelo bloco de produtor rural através dos lançamentos efetuados no mesmo são considerados produtores rurais estabelecidos dentro do macrozoneamento rurbano, estes produtores são contribuintes do Imposto Territorial Rural (ITR), diferente de quem apenas reside no local e possui outras atividades econômicas, sendo este contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A implantação da lei 2.375/2006, teve como principal efeito a normatização das áreas produtivas do município, que até então não estavam amparadas legalmente como áreas de produção agrícola. Esta lei beneficiou de forma direta toda a população do município, deste os produtores até o público consumidor que tem a oportunidade de adquirir produtos com as características próprias do local.

Partindo desta problemática, pretende-se entender como as transformações que ocorreram no espaço geográfico do município de Dois Irmãos alteraram a dinâmica populacional do município, além de identificar qual o papel da pluriatividade na agricultura local tanto no meio rural, urbano e rurbana.

O objetivo geral deste estudo é caracterizar as dinâmicas das populações que vivem no meio rural, rurbano e urbano, porém com atividades rurais, no município de Dois Irmãos, RS. Os objetivos específicos são:(1) identificar quais as diferentes políticas de infraestrutura e desenvolvimento econômico em cada um destes espaços;(2) Compreender as relações entre o trabalho agrícola e não agrícola em cada um destes espaços, com foco na pluriatividade;(3) Analisar as perspectivas das famílias quanto às atividades agrícolas, em cada um destes espaços.

Este trabalho foi realizado com base no estudo comparativo dos grupos sociais ligados a agricultura do município. Com entrevistas com questões semiestruturadas e diálogo aberto que foram aplicadas a 5 famílias que vivem no meio rural, 5 do meio rurbano e 5 famílias que residem na área urbana mas possuem atividades agrícolas na área rural ou rurbana do município.

O presente estudo conta com essa introdução, para em seguida, no capítulo dois está elaborada a síntese do município de Dois Irmãos. O capítulo três apresenta as referências teóricas referentes ao tema, já no capítulo quatro é esplanada uma breve síntese do município de dois irmãos. No capítulo cinco é realizada a análise e discussão dos resultados da pesquisa de campo, por fim no capítulo seis é apresentada as considerações finais.

Como benefícios para a comunidade, o resultado deste estudo tem por objetivo a elucidação da realidade rural do município, para a aplicação de políticas públicas futuras que vão de encontro com as necessidades das famílias dos agricultores.

2 SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS/RS

O município de Dois Irmãos está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande Do Sul. É integrante da Região Metropolitana de Porto Alegre, a qual fica distante 52 quilômetros do município. Tem uma população estimada, para o ano de 2017 de 30.753 pessoas, sendo, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita no ano de 2014 de R\$ 50.093, 21, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 de 0,743 (IBGE, 2017).

Figura 01: Localização do município de Dois Irmãos dentro do estado do Rio Grande do Sul



Elaborado pelo autor Fonte: IBGE, 2017

O município de Dois Irmãos pertence à zona climática designada pela letra C nos limites dos tipos climáticos, sendo o clima subtropical úmido quente, e o clima subtropical temperado segundo a classificação de clima de Köppen. A temperatura média é de 20°C e a pluviosidade média de tal clima é de 2.000 mm/ano, sendo julho o mês mais chuvoso, com 157,2 mm, e abril o mais seco, com 87,2 mm. O município ainda possui algumas áreas remanescentes de vegetação natural do Bioma Mata Atlântica. A região é uma importante zona de transição e amortecimento de reserva de Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, possuindo em suas matas exemplares da fauna e flora de grande importância ecológica para o bioma (DOIS IRMÃOS, 2012).

O relevo da região possui como característica as formações rochosas decorrentes dos derrames de massas vulcânicas que ocorreram a cerca de 120 milhões de anos, que após o resfriamento formaram o planalto da Serra Geral. Como resultado deste processo originou-se as rochas conhecidas como basálticas (basalto). Ainda possui abundância de coxilhas suaves e vales rasos, não havendo terreno de transição (SANTIAGO, 2016).

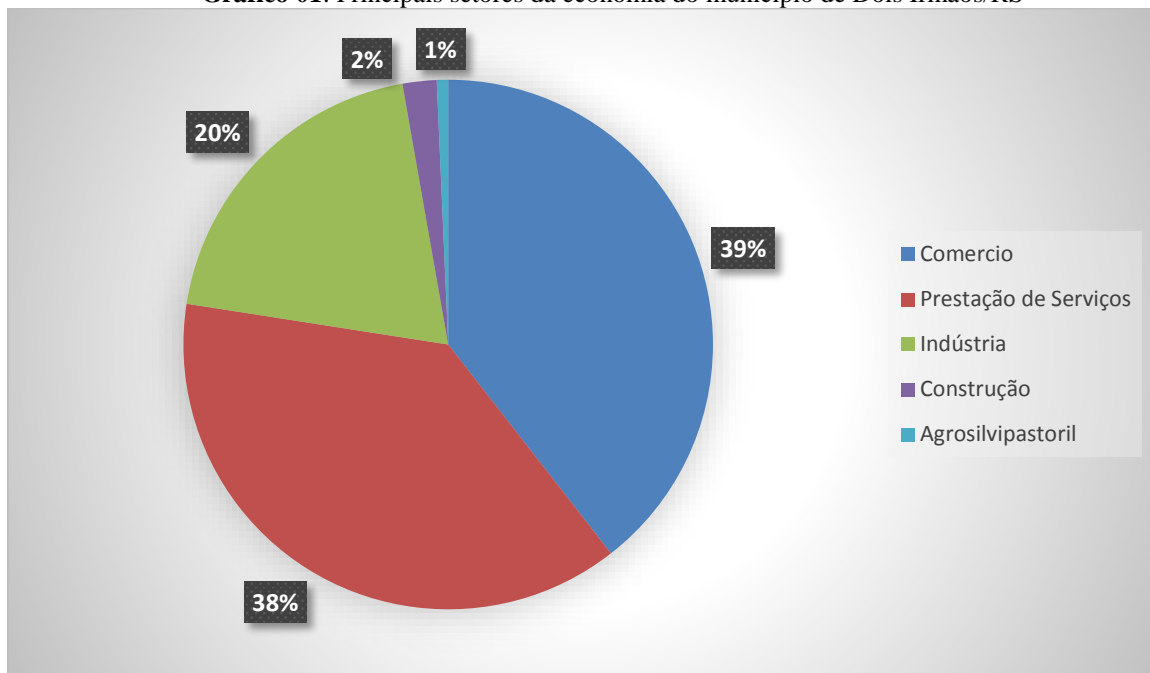
O município de Dois Irmãos sempre conservou sua origem da agricultura, mas historicamente a consolidação da economia do município teve como aporte o setor coureiro-calçadista. O crescimento da cidade se deve muito à os empreendedores e trabalhadores desse setor produtivo. O traço predominante da colonização germânica ainda é percebido em diferentes manifestações culturais, é até mesmo nas práticas agrícolas presentes no cotidiano

das famílias rurais (DOIS IRMÃOS, 2012).

Historicamente, a agricultura era a principal atividade econômica do município. Registros como o apresentado no anexo 1 deste trabalho, demonstram que, no ano de 1983, a Prefeitura Municipal já dispusera de uma feira de produtos coloniais e artesanato para que os produtores pudessem comercializar seus produtos. Atualmente, a prefeitura municipal juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ainda organizam uma feira de exposição da agricultura e comércio no município.

Mais recentemente outros setores ganharam destaque no cenário econômico municipal, como representa o gráfico 01. Dos mais de 1550 empreendimentos econômicos instalados no município, os principais setores são: o comércio (513), Prestação de Serviços (494), Indústria (257) Construção (27); Agrosilvipastoril (09) (DOIS IRMÃOS, 2012).

Gráfico 01: Principais setores da economia do município de Dois Irmãos/RS



Elaborado pelo autor Fonte: Dois Irmãos -2010

Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), a agricultura no município de Dois Irmãos ocupa uma área de 1.727 ha, dividida entre 127 estabelecimentos agropecuários, sendo que as condições dos produtores são: 1 arrendatário, 3 ocupantes, 4 parceiros, 1 produtor sem área e 118 produtores proprietários. Os principais usos da terra são com construções e benfeitorias, matas, florestas, pastagens, sistemas agroflorestais, lavouras e pecuária.

Dentre as culturas praticadas no município podemos destacar o cultivo de flores, plantio

de forrageiras, a acaciocultura, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, entre outros. Destaca-se ainda a criações de galinhas, bovinos, caprinos, equinos, etc.

Muito comum no município é a prática agrícola por pessoas que vivem na zona urbana do município. Nestes casos as propriedades ficam na macrozona rural ou rurbana e as residências principais destas famílias se encontram no meio urbano.

É importante ressaltar que a proximidade entre as três macrozonas do município torna possível a integração entre as atividades rurais e atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos membros das famílias, para tanto foi criado pelo município a zona de qualificação rurbana, com o objetivo de conter o crescimento urbano do município e tornar legal a atividade agrícola dentro do perímetro urbano.

Segundo a lei 2.375/2006, não poderá haver desmembramentos de lotes na área rurbana com metragem inferior a 600,00m² e largura mínima de 15,00m. Caso a utilização da área seja para a construção de loteamento, os lotes precisam ter no mínimo 3.000,00m² e largura mínima de 30,00m.

3 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

O processo de industrialização e da modernização da agricultura, implantado a partir da década de 50 pelo Estado Brasileiro, deixava a entender que o modelo urbano-industrial era superior ao agrário, onde a agricultura dependia de grandes investimentos para a mecanização e aquisição dos insumos agrícolas para obter produção em grande escala, o que tornava a agricultura familiar inviável economicamente forçando as migrações e acentuando as desigualdades.

Moraes (2015), destaca que, até o início da década de 1930, o espaço geográfico brasileiro era estruturado para atender ao setor primário-exortador que possuía características de atividades econômicas dispersas e com raras ou ausentes interdependências. Para o autor, a partir de 1930, começou a integração nacional e a industrialização passando a ser incentivada e sistematizada pelo Estado, impulsionada pela crise no modelo agrário exportador ocorrido no final da década de 1920.

Ainda segundo o autor acima citado, a organização do espaço industrial brasileiro se passa diretamente pelas administrações públicas federais, dentre elas são destacadas os governos de: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, o período compreendido pela Ditadura Militar e, por fim, os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (MORAES,2015). Estes governos viam a emergência da implantação da substituição das

importações, criando assim as chamadas indústrias de base, além de organizarem o espaço industrial brasileiro por meio da internacionalização da economia que possui como objetivo a abertura de espaço para investimentos estrangeiros. A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, pois, neste período o Brasil vivenciou os maiores índices de inflação com constantes correções monetárias diárias e retração da atividade industrial. A década seguinte 1990 é marcada pela implementação do modelo “político-econômico neoliberal” pelo governo federal.

Para Rodrigues e Soares (2008 apud Paul Singer 1985), o ingresso das relações capitalistas no campo, vão estabelecer os chamados “fatores de expulsão”, que além de expropriar os pequenos agricultores desprovidos de capital e sem condições de competir com o mercado, aumentam a pressão populacional sobre a disponibilidade de terra cultivável.

Segundo Schneider e Fialho (2000), as migrações ocorridas na década de 1970, seriam uma alternativa que se apresentava a os pobres do campo para escapar da exclusão social. O êxodo rural ocorrido em diversas regiões do país foi estimulado pelas possibilidades de acesso aos empregos nas áreas urbanas criadas pelo setor industrial e de serviços.

Para os autores acima citados, o problema da desigualdade e da exclusão das populações mais vulneráveis é de natureza estrutural não representa uma novidade. Contudo, há de se reconhecer que o fato da pobreza rural estar retornando à agenda social e políticas nos últimos anos têm a ver com o fracasso do ideário da modernização produtivista da agricultura, disseminado na década de 1970 (SCHNEIDER, FIALHO, 2000).

Para Silva et al (2006, p.2), o êxodo rural causa diversos problemas sendo que a “exclusão do homem do campo representa um desperdício de conhecimento, de diversidade cultural, de costumes, que se acumulam por séculos, e que formam a população rural e os pequenos municípios”. Esta evasão possui consequências também na área urbana, pois, o homem do campo torna-se improdutivo, devido à falta de qualificação e experiência para desenvolver as atividades, ou seja, passando a ser mais um morador na favela, aumentando o custo social, vivendo na miséria, e aumentando a criminalidade e a pobreza no país.

Segundo Rauber (2010), as consequências do êxodo rural após os processos de modernização agrícola e urbanização refletem na dinâmica populacional das áreas rurais. Estudos revelam que o rural contemporâneo tende a apresentar características como a masculinização e o envelhecimento, causado pela evasão de jovens e mulheres que optam pela continuidade dos estudos. Para a autora, este não é o único e nem o principal motivo do êxodo feminino, questões como a dificuldade de acesso à terra devido à herança que privilegia os filhos homens e a não-remuneração ou remuneração em valores menores quando comparados

a os recebidos pelos homens, tendem a influenciar na opção por ficar ou sair do meio rural.

O êxodo feminino, pode causar prejuízos na formação das famílias, tendo como consequência o comprometimento da sucessão dos estabelecimentos e em consequência a sustentabilidade da agricultura familiar. Para Bourdieu (2006, p. 89), a jovem rural é mais apta para a adoção dos modelos culturais urbanos que o rapaz: “(...) ela não vê senão, como se diz, o lado bom da cidade. Daí se compreende, por um lado, que a cidade exerça verdadeiro fascínio na jovem camponesa e, por meio da cidade, também os homens citadinos”.

Com a emergência de atividades não agrícolas no meio rural, surge um novo fenômeno apontado como a provável face do “novo rural brasileiro”.

A novidade consiste no fato de que o meio rural já não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. O aparecimento de novas atividades estaria introduzindo um conjunto de novas funções no espaço rural, especialmente aquelas ligadas às ocupações não-agrícolas da população. O ator social privilegiado dessa nova caracterização do rural seria o aparecimento das famílias pluriativas, que combinam vários tipos de atividades e ocupações em uma mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os membros possuam vários tipos de inserção profissional (SILVA 1999, apud SCHNEIDER 2003, P. 134 -135).

Com o surgimento de novos conceitos sobre o “novo rural brasileiro”, foi elaborado o Projeto Rurbano, sendo este responsável por elucidar a nova realidade do rural brasileiro. No artigo Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro, escrito por Silva (2001), este define que:

Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.) (SILVA, 2001).

Segundo o autor acima citado, os estudos do Projeto Rurbano mostraram que um número crescente da população residente da área rural não está mais diretamente ligada a produção agrícola, sendo que estes exercem atividades como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc.

As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, ocorridas nas microrregiões do Vale do Rio dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari alteraram o tradicional sistema produtivo colonial através da crise da produção do leite nas pequenas propriedades e abriram espaço para a prática da “agricultura em tempo-parcial”, tornando muitas famílias “pluriativas” caracterizando uma nova forma de produção e organização do trabalho. “Aqui chamaremos de ‘Pluriativos’ não apenas os agricultores, mas

também os componentes da família rural que além de estarem ligados às atividades agrícolas ou mesmo que apenas residem nas propriedades dos pais desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade” (SCHNEIDER, 1995 p. 18).

Para Schneider (2003), para estudar a pluriatividade se faz necessário perceber as características das famílias pluriativas.

Famílias pluriativas são aquelas em que algum membro que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não agrícola. A distinção entre famílias pluriativas e famílias de agricultores (portanto não-pluriativas) está assentada sobre o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agricultura. Em razão da grande variedade de atividades existentes no meio rural, a distinção entre o que é agrícola e não-agrícola muitas vezes é tênue e/ou controversa. No entanto para efeito deste trabalho, considera-se atividades não agrícolas aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal (SCHNEIDER, 2003 P. 173 e 174).

A agricultura praticada no município é caracterizada pela agricultura familiar, Lamarche (1993, p. 15 e 21 apud Schneider 2003, p.64), destaca que “as propriedades familiares são unidades de produção agrícolas nas quais a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. A principal característica dessas unidades é a sua diversidade, o que decorre segundo o autor da sua excepcional capacidade de adaptação”.

Schneider (2009), discorre sobre a rurbanização do meio rural que vem transformando as características do local e alterando o perfil das pessoas que ali residem:

A descentralização industrial decorre da flexibilização dos processos produtivos pós-fordistas e da importância crescente das economias locais. A segmentação do mercado de trabalho, a subcontratação, a informalização e a precarização das relações de trabalho geralmente acompanham este processo. O deslocamento das empresas para os espaços rurais e peri-urbanos deve-se a vários fatores, em geral ligados à procura por força de trabalho mais barata. Já a rurbanização ou o “commuting system”, embora em parte decorrente do anterior, está relacionado à expansão crescente das áreas de habitação no entorno das grandes regiões metropolitanas e do fluxo diário e pendular das pessoas que habitam no meio rural mas trabalham em atividades não-agrícolas. A rurbanização transforma as áreas rurais e lhes imprime uma nova dinâmica, caracterizada pela valorização imobiliária e pelo crescimento da prestação de serviços (SCHNEIDER, 2009 p. 9).

No município, a prática da agricultura urbana é comum entre a população, Baldissera et al (2013) destaca, que esta atividade de produção de alimentos em áreas urbanas contribui para a segurança alimentar e combate a pobreza como destacado a seguir.

A Agricultura Urbana é um cenário em construção em que os agricultores permanecem na atividade, atuando em unidades de produção familiar que se localizam

em zonas urbanas ou no seu entorno. Este tipo de agricultor surgiu em resposta aos períodos de crise econômica e de desemprego, de salários baixos e pela conformação de frágeis sistemas de segurança social. Tais pessoas optam por se tornar agricultores/as com o propósito de ter uma opção de renda, de integração social ou, até mesmo, pela escolha de modo ou estilo de vida peculiar de quem pratica a agricultura. As motivações e origens dos agricultores/as urbanos são, portanto, variadas, assim como diversas são as categorias de agricultores/as urbanos, que contribuem de forma significativa para a segurança alimentar, para combater a pobreza e para preservar o meio ambiente (BALDISSERA et al., 2013 p. 6).

No ano de 1829, o município de Dois Irmãos recebeu os primeiros imigrantes, as famílias dos colonos na sua grande maioria não possuíam menos do que 08 filhos; cada família recebia do Império em média 72 hectares. Na medida em que os filhos iam casando essas quantidades foram reduzindo, com o parcelamento das terras, chegou-se então a 48-36-24 hectares. Já na década de 1940 este fracionamento fez com que poucas propriedades possuísem mais de 25 hectares, sendo a maioria pequenas propriedades com áreas de terra que variavam entre 5-10-18-21 hectares, formando assim pequenos agricultores (VIER 1999).

Conforme Vier, à agricultura familiar praticada era responsável pelo sustento e união das famílias.

Podemos dizer que esta atividade agrícola familiar era uma perfeita integração de pais e filhos. Em muitos casos, os próprios filhos debatiam com o pai de como deveriam proceder para melhorar o sistema de produção. Essa situação manteve a família coesa e unida, pois era a melhor maneira de trazer resultados. Ainda lembram que as famílias disputavam entre si para ter o melhor e mais caprichado animal para montaria (eles e elas), a melhor cela, pelegos, etc. Também na criação de animais a disputa era sensível e competitiva (VIER, 1999 p.101).

Stein (1985) destaca que, na década de 1960 a atividade econômica do município estava relacionada com a agropecuária, porém na área central, algumas pequenas fábricas de calçados já geravam dezenas de empregos. A atividade industrial começou a se desenvolver no município na década de 1970 de forma mais participativa, com o início das exportações. No ano de 1972 o município possuía 13 empresas sendo que dessas 8 eram do setor coureiro-calçadista que empregavam 678 pessoas. No ano de 1973 o município possuía uma população total de 14.043 habitantes sendo que, 3.200 na área urbana e 10.843 dividida em 2.989 propriedades rurais (STEIN, 1985). O autor destaca que o ponto alto da industrialização do município foi às décadas de 1980 e 1990. No ano de 1983, 2 fábricas de calçados já estavam instaladas nas áreas rurais do município. No ano de 1984, a exportação de calçados do município chegou a 5.280.942 pares. A indústria na época empregava 4.053 pessoas (STEIN, 1985).

A partir de 1980, ocorreu a transformação da estrutura produtiva do município devido ao avanço do setor coureiro-calçadista, que proporcionou mudanças que alteraram o sistema

agrícola tradicional. A agricultura passou a disputar a mão-de-obra com as indústrias que se instalaram no meio rural e urbano. A agricultura familiar por sua vez alterou seu perfil produtivo, introduzindo assim a acaciocultura como principal atividade produtiva comercial das famílias, visto que esta atividade demandava menos mão de obra. Cada vez mais os filhos dos agricultores optaram em deixar o campo para se tornarem assalariados das fábricas de couros e calçados do município (SCHNEIDER, 2004).

Segundo Fialho (2000), a partir da década de 1980, diversos fatores contribuíram para a mudança do perfil habitacional da população do município de Dois Irmãos. Para o autor, a industrialização ocorrida com a chegada das fábricas do setor coureiro-calçadista que se instalaram tanto nas áreas rurais como urbanas, e que acabavam por disputar a mão-de-obra com a agricultura local teve papel fundamental na evasão da área rural principalmente por parte dos filhos dos agricultores (FIALHO, 2000).

Fialho (2000) destaca que a atividade agropecuária do município de Dois Irmãos possui baixa contribuição na geração de riqueza em nível municipal. As atividades agropecuárias são diversificadas, podendo se identificar claramente o predomínio de atividades comerciais intensivas (olerícolas, leite, ovos, suínos, aves, mel, etc.) e de atividades destinadas ao autoconsumo (mandioca, milho e cana-de-açúcar), ou seja, atividades típicas da agricultura de base familiar.

Triches e Schneider (2010 p. 12), destacam que a agricultura familiar no município está ressurgindo graças a iniciativas criadas pelos governos. A criação de políticas como a do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado no município no ano de 2004, vem promovendo transformações na agricultura familiar sobre tudo na implantação de relações de produção e consumo entre produtores e comunidade.

Essa política acaba por realimentar esse mercado, na medida em que constrói paladares para alimentos produzidos localmente, por terem eles características exclusivas e/ou apreciadas pelos futuros consumidores. Nessa direção, torna-se importante destacar as contribuições dessa prática na construção de mercados para agricultores familiares locais e suas consequências, das quais se citam as principais: a escolha por formas de plantio e produção diferenciados como os alimentos orgânicos e tradicionais, levando à promoção dessas estratégias; o incentivo à organização, à cooperação e à formalização; e a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e, provavelmente, diminuição do êxodo rural (TRICHES E SCHNEIDER, 2010, p.12).

Silva (1997), no texto o Novo Rural Brasileiro, define que o meio rural é um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial, pois a industrialização do meio rural nas últimas duas décadas o transformou em urbanizado e o inchaço do meio urbano também acabou

por invadir as áreas rurais até então consideradas como um setor produtivo autárquico.

Baldissera et al (2013), no estudo as Demandas de um Novo Rural e sua Inserção na Extensão Rural: A agricultura Urbana, retratam dados importantes sobre os agricultores do município, evidenciando o quanto foi, e é importante as políticas públicas que dão suporte para que a agricultura urbana seja praticada e sua importância para a população local e regional.

A agricultura em Dois Irmãos tem uma representatividade consistente em quantidade de cerca de 150 agricultores familiares e 200 agricultores não familiares, ainda que na área do município, que é de 66,4 km², somente 10% destes situam-se no meio rural. Portanto, para as políticas públicas tradicionais voltadas à agricultura em geral, o município fica sempre à margem; porém, cientes que 90% destes 350 agricultores estão em zona considerada urbana pelo plano. Estes agricultores apresentam estilo de vida e de produção típicos da atividade agrosilvopastoril, de modo que este Conselho entende que as políticas públicas municipais, voltadas para manter o homem no campo, são fundamentais para a perpetuação desta atividade no município, devendo ser adequadas à realidade de cada município e ao crivo dos Conselhos Agropecuários (BALDISSERA et al., 2013 p.17).

No município de Dois Irmãos este “continuum” citada por Silva e perceptível tanto na área urbana, rural ou rurbana, pois, no município onde a industrialização e a agricultura perpetuam dos mesmos espaços fica visível a necessidade de convivência entre ambas. Apesar de a industrialização ter alterado a característica habitacional da população, é evidente que o povo preserva os traços da agricultura praticada deste sua fundação. A modernização da agricultura, alterou o perfil produtivo das propriedades, onde algumas famílias optaram em produzir sistemas de monoculturas para a comercialização, e outras no entanto praticam a agricultura como forma de terapia pessoal, produção para a família, ocupação de tempo e/ou produção em sistemas orgânicos para consumo próprio visando uma alimentação saudável.

4 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa qualitativa, que possui como característica; objetivação do fenômeno, hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao carácter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca por resultados mais fidedignos possíveis (GHERARDT, SILVEIRA, 2009).

Na realização do estudo, foi aplicado o método de pesquisa de campo, que se caracteriza pelas investigações com coletas de dados junto a pessoas, além de pesquisa “bibliográfica e/ou

documental” (FONSECA, 2002 apud GHERARDT, SILVEIRA, 2009).

Quanto à natureza desenvolvida, foi utilizado como base a pesquisa aplicada, que envolve verdades e interesses locais, além de gerar conhecimento para aplicação prática na busca de solução para problemas específicos (GHERARDT, SILVEIRA, 2009).

Os objetivos tiveram como base a pesquisa exploratória, Gil (2007, apud GHERARDT, SILVEIRA, 2009 p. 35), “destaca que a grande maioria destas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Para a realização e construção deste trabalho foram utilizadas fontes de dados de levantamentos secundários, provenientes de teses de mestrado e doutorado, relatórios técnicos, diagnósticos, livros, apostilas, etc., que fundamentalmente contemplem o tema em questão. Além de dados oriundos de sites do IBGE e da Fundação de Economia e Estatística (FEE).

A área delimitada para a aplicação do estudo dentro do município de Dois Irmãos, foram as três macrozonas com atividades agrícolas sendo elas; Rural, urbana e rurbarana. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas agendadas e realizada nas propriedades dos agricultores, preferencialmente com a presença de toda a família, utilizando-se de questionário previamente elaborado (APÊNDICE A), além de questões abertas que surgiram no decorrer da entrevista.

Para a realização das entrevistas foi efetivado um contato inicial com os agricultores para verificar a disponibilidade e interesse da família em participar ou não da entrevista para coleta de dados. Após o primeiro contato foram efetuadas 15 entrevistas, sendo 5 na zona rural, 5 na zona urbana e 5 na zona classificada pelo município como rurbarana, que ocorreram entre os dias 25 de setembro e 20 de outubro de 2017. Antes do início de cada entrevista, as famílias eram informadas sobre o conteúdo da entrevista e sobre o uso do Termo de Consentimento (ANEXO 3).

Para a realização da pesquisa serão respeitado os aspectos éticos, tanto na aplicação das entrevistas como na divulgação das mesmas, sempre mantendo nomes e endereços dos entrevistados em sigilo.

Após a coleta, os dados qualitativos recolhidos foram analisados pelo método comparativo, sendo que as informações da população da amostra foram expostas em tabelas afim de entender as semelhanças e diferenças entre os três grupos de agricultores do município.

5 COMPARAÇÃO DAS DINÂMICAS E DOS PROCESSOS SOCIAIS ENTRE AS TRÊS ZONAS DO MUNICÍPIO

Neste capítulo estará sendo apresentado à análise dos resultados da pesquisa de campo, sendo que neste primeiramente está descrito um breve relato com características das três zonas, após serão expostos os dados levantados que serão dispostos em tabelas comparativas.

5.1 MACROZONEAMENTO RURAL

As entrevistas realizadas na área rural do município revelaram que a agricultura praticada neste meio é de base familiar, com contratação de serviços de máquinas esporadicamente em algumas propriedades. Todas as famílias entrevistadas contam com luz elétrica e água de poço artesiano ou poço artesanal, sendo estes feitos pelos próprios proprietários. Em todas as propriedades existe a coleta seletiva de lixo por pelo menos 2 vezes por semana, porém, alguns pontos de coleta ficam a até 2.000 metros de distância das propriedades.

A falta ou incerteza da sucessão familiar das propriedades é um dos motivos que os proprietários avaliam quando refletem sobre os planos futuros, principalmente quando se trata do assunto relativo aos investimentos na propriedade. Outro fator relevante é o envelhecimento da população, pois das 5 famílias do meio rural entrevistadas apenas 1 não possui aposentados na família, sendo que nas demais, a aposentadoria é a única fonte de renda recebida mensalmente, complementada pela venda de excedentes da produção ou ainda pela pluriatividade de membros da família. Sendo assim, é possível verificar que há um processo de envelhecimento da população que vive nessa macrozona, sendo uma forte tendência à mudança do perfil de seus ocupantes, passando de agricultores familiares mais tradicionais – em que a morada e a atividade agrícola se mesclam –, para sítios de lazer ou indústrias, ou mesmo ocupadas com atividades agrícolas, mas com famílias vivendo nas áreas rurbanas ou rurbanas do município.

Da população de amostra da área rural, apenas 1 família exerce a pluriatividade, sendo que a filha do casal trabalha em uma fábrica de calçados do município em tempo integral, ou seja, com poucas perspectivas de continuar a atividade agrícola da propriedade. Fatores como a pouca área de terra para produção, sendo que, este grupo da amostra possui em média 11,5 hectares, a proximidade da área rural com o urbano e a quantidade de componentes da família

foram determinantes para que a filha optasse por continuar residindo no meio rural e trabalhar no urbano. Segundo relato dos próprios entrevistados, estes foram incentivadores da filha para que esta buscasse uma atividade remunerada fora da propriedade, pois para estes, a agricultura não é uma atividade devidamente reconhecida pelas pessoas e órgãos públicos, e os produtos produzidos em pequenas quantidades possuem valor comercial abaixo do valor de mercado.

A população rural entrevistada, em sua maioria, possui pequenas áreas para produção, com predominância de áreas com declives e terrenos rochosos que acabam dificultando o uso de implementos agrícolas e reduzindo a área de cultivo.

As reclamações recorrentes deste grupo centram-se em questões como a falta de transporte público e transporte escolar. Quanto ao transporte escolar, é importante ressaltar que o mesmo não entra na em alguns pontos da área rural e as crianças devem se deslocar em estrada de chão até a via asfaltada que fica a cerca de 2 quilômetros das residências para terem acesso ao transporte escolar. A comunidade rural também não possui igrejas e nem centros de lazer, sendo necessário à comunidade se deslocar para as áreas urbanas do município para participarem destas atividades, demonstrando certa ‘deterioração’ dos espaços culturais e de lazer nas áreas rurais, tendo sido estas, com o passar dos anos, deslocadas as área urbanas. Estes fatos relevantes também podem ser percebidos em uma das comunidades visitadas dentro do macrozoneamento rurano.

Outras deficiências de serviços públicos constatadas nas entrevistas, foi que, apesar da proximidade das áreas rurais com o urbano, não há entrega de correspondências nas propriedades rurais, e a leitura dos relógios de energia elétrica são realizadas apenas de 3 em 3 meses.

5.2 MACROZONEAMENTO URBANO

As famílias entrevistadas residentes da área urbana e com atividades agrícolas no município de Dois Irmãos possuem como características unidades de produção com cultivos destinados à venda, pois a base da produção é pensada em atender os mercados consumidores, sejam eles locais ou não. Diferente do macrozoneamento rural acima citado, cuja parte da produção é destinada para a subsistência da própria família, mesclando a moradia com a atividade agrícola.

Das 5 famílias entrevistadas apenas 1 não possui pluriatividade, sendo que nas demais a atividade principal das mulheres não está ligada a agricultura. Em duas propriedades, os

produtores também trabalham fora da propriedade agrícola uma em tempo parcial e a outra em tempo integral, exercendo outras atividades remuneradas. Há de se destacar uma propriedade onde o casal exerce atividade remunerada fora da propriedade rural, porém mantém um empregado em tempo integral durante a semana para exercer as atividades agrícolas da família.

Importante ressaltar que entre os três macrozoneamentos apenas duas famílias que residem no meio urbano possuem empregados contratados e registrados, sendo que a família produtora de hortifrúti chega a um total de 11 empregados em tempo integral. A propriedade agrícola desta família possui seu sistema produtivo baseado em uma agricultura tecnificada, com alta produtividade, sendo os cultivos de hortifrúti em estufas, reflorestamentos com acácia e eucalipto para a comercialização. Esta propriedade também conta com máquinas e implementos agrícolas que facilitam o trabalho dos operadores gerando mais eficácia e eficiência na realização das atividades. Esta propriedade também presta serviços de máquinas a outros produtores do município, sendo essa outra fonte de renda.

A proximidade das áreas rurais, rurbanas e urbanas se apresentam com uma facilidade para que os agricultores possam manter suas atividades agrícolas, mesmo morando na área urbana do município. De todas as famílias entrevistadas deste macrozoneamento, a que possui a propriedade rural mais distante do urbano fica a cerca de 10 quilômetros uma da outra.

Para as quatro famílias da zona urbana entrevistadas, a sucessão familiar é vista com dificuldades em acontecer. Segundo estes entrevistados, com o passar do tempo, as propriedades podem ser transformadas em áreas de lazer das famílias ou vendidas. O alto valor imobiliário das áreas do município e a pluriatividade já presente nas famílias são fatores que podem determinar a continuidade ou não da atividade agrícola destas unidades de produção. Por estes motivos, as famílias não pretendem fazer grandes investimentos na atividade agrícola. A outra família entrevistada, tem o pensamento de transformar a unidade de produção em uma empresa rural para poder manter a atividade agrícola exercida por ela atualmente e, assim, continuar a fazer investimentos em infraestrutura e maquinários. Deste modo se observa que a atividade agrícola para as famílias que vivem nesta zona é um negócio, que pode ser facilmente transformada em um espaço de lazer, ou mesmo vendido, desde que não atenda mais os objetivos da própria família. Neste caso as áreas são um ativo, com nítida separação entre a morada e a atividade agrícola, sendo oposto do que se observa nas famílias que vivem na zona rural.

5.3 MACROZONEAMENTO RURBANO

A área urbana do município é composta por pequenas propriedades rurais, que em sua maioria fazem uso de áreas arrendamentos de terra para aumentar suas áreas de produção. Estes produtores praticam a agricultura tecnificada em um espaço geográfico que faz vizinhos propriedades rurais, áreas residenciais e comerciais, caracterizando em Dois Irmãos o Novo Rural Brasileiro como descrito por Graziano (1997). Este convívio se tornou necessário para a continuidade e preservação da agricultura no município, que após a criação da lei 2.375/2006 (ANEXO 1), definiu os condicionantes para que pudesse se manter as atividades agrícolas dentro das áreas urbanas do município.

Do grupo de amostra do urbano, das cinco famílias entrevistadas, três fazem uso de áreas arrendadas de terra para aumento da produtividade. Estes agricultores se veem obrigados a buscar esta alternativa porque o alto valor imobiliário e a indisponibilidade de terras para a compra não deixa alternativa. Entre as implicações para a aquisição de novas áreas de terra, está há concorrência desleal que estes sofrem quando tem alguma área de médio a grande porte a venda dentro do município, pois estas áreas são visadas pelo setor da construção civil e também por empresários locais que adquirem essas áreas com valores fora dos padrões locais.

A pluriatividade também está presente neste grupo, sendo que 3 famílias possuem algum dos componentes da família com atividade fora da propriedade.

Uma das famílias entrevistadas é composta por quatro pessoas, sendo os pais e um casal de filho com idades entre 25 e 26 anos. Os filhos por sua vez apenas residem na propriedade, possuem ensino superior e exercem atividades profissionais na área urbana do município. Os pais, exercem a atividade agrícola e possuem um ponto de comércio em cima da propriedade da família que é a principal fonte de renda destes. Como dividem o tempo entre a atividade agrícola e o comércio, os produtores fazem uso da contratação de serviços de máquinas para facilitar a atividade agrícola. Para os agricultores, a falta de incentivos para agricultura a partir da década de 1970 foi decisiva na decisão das famílias locais em optarem por saírem do meio rural e/ou trabalharem como famílias pluriativas.

Há família entrevistada do urbano que possui apenas 3.000m² de área (tabela 1), é uma unidade de produção atípica dentro das entrevistadas deste macrozoneamento, pois, esta adquiriu sua área de terra há pouco mais de 2 anos e ainda está em adaptação, enquanto as demais possuem sistemas produtivos avançados com estruturas e maquinários.

As propriedades do macrozoneamento urbano, possuem em sua maioria vias de tráfego pavimentadas ou em partes delas, o que é um facilitador para o escoamento da produção e

recebimento de insumos, sendo que estes fatores influenciam diretamente nos custos de produção.

A localidade do Travessão Rübinnch está localizado dentro da macrozona urbano. Nesta localidade, no ano de 1997 foi idealizada a Rota Colonial Baumschneis pela comunidade local e teve aporte do setor público municipal e órgãos como Emater e STR, entre outros. Essa rota colonial já foi objeto de estudo de diversos autores no decorrer destes anos, porém quando realizei as entrevistas neste local obtive a informação das famílias que a Rota Colonial do município praticamente não existe mais na realidade da comunidade, com exceções de alguns produtores que ainda praticam a atividade de forma isolada.

Seria de suma importância para a agricultura local das três macrozonas e para o município em um contexto geral que a Rota Colonial Baumschneis tivesse a atenção necessária para seu funcionamento, pois, esta seria um meio de manter as pessoas principalmente os mais jovens no meio rural com boas perspectivas de crescimento da agricultura.

5.4 TENDÊNCIAS E CONTRASTES: UM OLHAR COMPARADO ENTRE AS TRÊS MACROZONAS DE DOIS IRMÃOS/RS

Na tabela 01, foram especificados dados das famílias entrevistadas, com o objetivo de elucidar a realidade das unidades de produção comparando as três macrozonas do município.

Tabela 01: Dados das famílias entrevistadas

Entrevista	Nº de pessoas por família	Aposentados por família (Rural ou INSS)	Pluriatividade	Sucessão familiar	Área total das propriedades (m ²)	Área de arrendas (m ²)	
Rural							
2	2	2	INSS	-	Não	90.000	
3	2	2	INSS	-	Sim	93.000	
9	2	2	INSS	-	Não	7.723	
10	6	2	INSS	1	Não	10.000	
14	3	-	-	-	A definir	220.000	200.000
Urbano							
6	2	1	INSS	2	Não	13.500	
7	1	1	Rural	-	Não	130.000	
8	2	1	INSS	1	Não	200.000	
11	10	1	Rural	2	A definir	162.000	650.000 ¹
15	3	1	INSS	1	Não	210.000	
Rurbano							
1	4	2	Rural	4	Não	194.000	
4	2	-	-	1	Não	3.000	20.000
5	7	2	Rural	-	Sim	70.000	70.000
12	3	-	-	-	Sim	40.000	30.5000
13	5	2	Rural	1	Sim	195,500	400.000

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

As entrevistas efetuadas nas zonas rural, urbana e rurbana do município envolveram de forma direta ou indireta 54 pessoas, sendo 15 da área rural, 18 do urbano e 21 do rurbano do município. Percebe-se nesta análise que do total das 15 famílias entrevistadas a área rural é a que possui maior índice de aposentados por família e o menor índice de pluriatividade. Na questão da sucessão familiar, das 5 entrevistas realizadas no meio rural apenas 1 família declarou que pode haver sucessão familiar, mais que atualmente o filho reside e trabalha em um município vizinho.

As unidades de produção agrícolas que são administradas por famílias que residem na área urbana do município possuem suas propriedades na zona rural ou rurbana. Das 5 famílias entrevistadas, apenas 1 possui a unidade de produção agrícola na zona rural, as demais possuem suas propriedades na zona rurbana. Característica própria deste grupo, é a execução das atividades agrícolas por apenas um dos membros da família, pois a pluriatividade está presente em 4 das 5 unidades de produção estudadas. Este fator pode influenciar diretamente na sucessão familiar da maioria destas propriedades, pois como os filhos optam por estudar ou trabalhar fora do meio rural, podem não se interessar na atividade agrícola da família. Assim sendo, no futuro poderá haver mais divisão das áreas, e com isso, cada vez mais dificuldades para a prática

¹ Segundo a família da amostra, dos 650.000m² de área arrendada, cerca de 50% estão localizadas no município vizinho de Sapiranga.

da a agricultura familiar.

As propriedades localizadas no macrozoneamento rurbano, possuem maior concentração de pessoas em comparação com as demais áreas. Dentro destas unidades de produção, a pluriatividade também se faz presente, e a sucessão familiar possui a maior possibilidade quando comparado a os demais macrozomeamentos. A sucessão familiar destas propriedades, possui um maior índice muito pela administração implantada nas propriedades, com processos produtivos, produtos e canais de comercialização alinhados. Também se percebe que os proprietários fazem uso de arrendamentos de terras de terceiros para poderem aumentar as áreas de cultivos. Esta prática é comum no município, visto que a opção pela compra de novas áreas é avaliada pela maioria dos produtores, como inviável pelo alto valor de mercado das áreas de terras do município.

A sucessão da agricultura familiar no município é preocupante, pois, das 15 propriedades estudadas apenas 2 teriam sucessão familiar atualmente capacitadas e interessadas em exercer a função. Foi possível identificar apenas 2 homens na linha sucessória e não foi evidenciada a presença de nem uma jovem nas atividades agrícolas, caracterizando a masculinização no processo de sucessão.

A tabela 02 demonstra o envelhecimento das populações agrícolas do município aparente também entre as unidades de produção entrevistadas. Destaca-se a baixa quantidade de crianças e jovens ligados às atividades agrícolas das famílias, que certamente terão dificuldades em manter as propriedades produtivas no futuro muito porque os jovens buscam a oportunidade de trabalhar ou estudar nos centros próximos.

Tabela 2: Faixa etária dos componentes das famílias entrevistadas

	Rural	Urbano	Rurbano	Total na faixa etária	% do total
0 a 15 anos	3	2	3	8	14,81%
15 a 29 anos	2	1	3	6	11,12%
30 a 59 anos	6	12	10	28	51,85%
Acima de 60 anos	4	3	5	12	22,22%
Total	15	18	21	54	100%

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Em relação ao acesso às políticas públicas percebe-se pela análise dos dados recolhidos, que os programas de incentivo à agricultura praticados pelo município são os mais acessados pelos três grupos de agricultores do município, com destaque para as propriedades que se encontram na macrozona do rurbano.

A lei 2.375/2006 (ANEXO 2), possibilitou a os produtores das zonas rurbana e urbana

do município o acesso a políticas públicas como o Pronaf, que até então era exclusivo para produtores da zona rural, como destacado por Baldissera abaixo.

As políticas públicas de apoio à produção agrícola estavam condicionadas ao perfil de agricultor eminentemente rural. No entanto, o surgimento de um tipo de agricultor/a urbano não encontrou eco na produção de políticas públicas, tendo em vista as restrições de enquadramento para o acesso. Esse é, por exemplo, o caso do acesso a recursos (custeio e investimento) oriundos da política de crédito rural via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), limites esses que são igualmente percebidos em outros programas governamentais (BALDISSERA, et al 2013, p.3)

A maioria das famílias possui acesso à os programas municipais e federais, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o mais utilizado pelos produtores da área rurbana, pois estes produtores possuem potenciais como áreas maiores para cultivos e facilidade em comercializar a sua produção principalmente pela proximidade com a macrozona urbana do município, além de ficar próxima de grandes centros consumidores da região metropolitana.

Apesar de algumas famílias estarem inseridas nas políticas públicas federais, o número ainda pode ser considerado baixo em relação ao número de blocos de produtor rural do município, sendo que, no ano de 2013 dos 350 blocos, 48 possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e apenas 3 projetos de credito rural foram liberados, totalizando um valor de R\$ 145.000,00 (EMATER-ASCAR, 2017).

As políticas públicas municipais estão amparadas pela lei 2.199/2005 e alterada pela lei 2.300/2005 que “Instituiu o Programa de Incentivos aos Produtores Rurais do Município”. Onde são especificadas as regras aos produtores rurais conforme o Art.2^o.

As leis municipais de incentivo à agricultura do município, são de acesso aos produtores das três macrozonas. Nas entrevistas quando os agricultores aptos a receber os incentivos foram questionados se estes percebiam alguma dificuldade em acessar as políticas públicas municipais ou alguma distinção entre os grupos das zonas do município, estes declararam que não havia dificuldades e nem diferença para o acesso. As leis municipais foram elogiadas pela maioria do grupo da amostra, principalmente pela facilidade de acesso, regras claras e incentivos à agricultura local.

² **Art.2°** - Os produtores rurais com inscrição estadual e respectivo talonário de notas de produtor rural com comercialização comprovada no ano anterior, poderão, mediante pedido formulado, por plantio, colheita, ensilagem e transporte, treze (13) litros de óleo diesel por hora/máquina agrícola efetivamente trabalhada, para tratores acima de 50 cv, limitados a sessenta e cinco (65) litros por hectare, bem como transporte de calcário, esterco e insumos agrícolas, mudas, sementes de forrageiras e árvores, visando a melhoria da produtividade e das condições agrícolas do município

Em um contexto geral, os entrevistados que não fazem uso de políticas públicas federais se demonstram insatisfeitos quanto às regras que dificultam o acesso, fazendo com que muitas vezes os investimentos em produção fiquem limitados e com poucas perspectivas de continuidade da atividade agrícola.

Os produtores que não acessam nenhuma política pública são na maioria aposentados por tempo de contribuição de quando trabalhavam nas fábricas da região. Para estes aposentados as regras são diferentes do aposentado rural para o acesso a políticas públicas como o PRONAF. Para o acesso as políticas públicas municipais basta o agricultor se encaixar nas regras dos programas que estão citadas na nota de rodapé. A tabela 03 apresenta os resultados observados nas entrevistas realizadas.

Tabela 03: Acesso a políticas públicas pelas famílias entrevistadas por macrozoneamento em Dois irmãos/RS

	Rural	Urbano	Rurbano
PRONAF	0	1	3
Seguro agrícola	0	1	1
PNAE	1	1	1
Programas municipais	3	4	5
Não acessam	2	1	1

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Podemos destacar que a atividade agrícola na área rural do município é baseada na agricultura familiar, onde se destaca a produção de hortifrutigranjeiro para consumo próprio com venda de excedentes para o comércio varejista, além de unidades de produção voltadas a produção destinada à comercialização.

Nas propriedades agrícolas administradas por pessoas que morram na área urbana do município, a utilização das áreas produtivas possui uma maior diversidade de cultivos e criações de animais, este fator pode ser percebido porque estas propriedades possuem característica de empresas rurais, onde os produtos para subsistência são produzidos em poucas quantidades e diversidade.

O meio rurbano possui características produtivas similares com as áreas de produção administradas por pessoas residentes na zona urbana, pois os sistemas produtivos implantados nestas áreas possuem como objetivo maior a venda, e são responsáveis pela implantação de novas atividades agrícolas no município como a prática da avicultura, caprinocultura e ovinocultura entre outras. A pecuária de gado de corte em confinamento ou em pastagens com venda ao setor varejista retrata o objetivo da maior parte das propriedades localizadas nestes meios.

Importante ressaltar que os grupos das zonas urbanas e rurbanas são os mais dinâmicos em termos de produção agrícola, e mais integrada aos mercados, e com potencial de expansão das atividades e abastecimento alimentar do próprio município.

Os produtores da zona rural da amostra praticam em sua maioria agricultura de subsistência, com áreas produtivas de pequeno a médio porte nos padrões do município. As atividades produtivas praticadas demandam pouca mão-de-obra, apenas alguns maquinários e baixos investimentos para manter a atividade agrícola familiar, limitando o crescimento da produção e desenvolvimento das unidades produtivas. Com exceção de um produtor de leite que possui seu sistema produtivo baseado em alta produtividade e qualidade do produto. Este se destaca também, por ser o único produtor do município entre o público da amostra das três macrozonas a efetuar a produção do produto para venda em escala comercial no município. A tabela 04 demonstra a utilização das áreas produtivas das propriedades.

Tabela 4: Utilização das áreas produtivas nas unidades de produção entrevistadas por macrozoneamento em Dois Irmãos/RS

	Rural	Urbano	Rurbano
Hortifrutigranjeiro	3	4	3
Atividades Leiteira	3	1	3
Pecuária	5	4	5
Avicultura	4	4	5
Ovinocultura	-	2	-
Hortifrúti	-	1	1
Silvicultura	-	4	1
Cultivo de grãos	5	4	5
Pastagens	5	4	5
Caprinocultura	-	1	-
Horticultura	-	-	2
Piscicultura	2	-	1
Suinocultura	2	-	2

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Quanto à comercialização da produção, um fato que deve ser destacado é que em 3 das 5 unidades de produção da zona rural não há venda certa dos produtos. Segundo estes produtores, a pouca quantidade produzida é repartida com os filhos ou vendida em pouca quantidade a vizinhos e amigos. A sobrevivência financeira está diretamente ligada à aposentadoria do casal e os mercados são mais dispersos e face a face.

A propriedade que possui a atividade leiteira como base de sua produção na área rural tem como canais de comercialização a venda de parte da produção do leite para uma cooperativa, (aproximadamente 30%), e a outra parte (os outros 70%), são vendidos para uma agroindústria que pertence a um irmão deste produtor que faz a pasteurização do leite, venda e

distribuição do produto. O crescimento desta propriedade está diretamente ligada ao canal de comercialização que está possui com a agroindústria, pois é a única fornecedora de leite da mesma. Esta unidade de produção também faz a venda de animais para abate através do PNAE. As demais propriedades dos três macrozoneamento não fazem a venda do leite, este serve apenas para consumo próprio ou fabricação de queijos que são comercializados em pequena quantidade.

Os produtores da zona urbana possuem como objetivo maior a comercialização dos seus produtos, com canais de comercialização centrados nos comércios varejista e atacadista. Entre os produtores, podemos destacar o produtor de hortifrúti que possui em sua propriedade um sistema produtivo voltado a atender grandes redes de atacado.

Novamente podemos equiparar os produtores da zona urbana com os produtores da zona rurbana, pois suas atividades produtivas e canais de comercialização são similares. Podem-se destacar estas semelhanças entre urbano e rurbano porque estas unidades de produção basicamente possuem uma administração voltada ao desenvolvimento da propriedade com investimentos em maquinários, implementos, estruturas, melhoramentos genéticos e canais de comercialização que dão aporte as produções, impulsionados, principalmente, pelo acesso as políticas públicas, como percebido na tabela 3.

Apesar de o município ser destaque nacional pelo uso da política pública do PNAE, que estabelece que 30%³ do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sejam aplicados na compra direta de produtos da agricultura familiar, no município os recursos do PNAE destinados à compra de produtos da agricultura familiar ficam entre 70% a 80%. Fato é que das 15 famílias entrevistadas apenas 3 possuem acesso a esta política, demonstrando que apesar de importante, em termos de abrangência, essa política possui alguns limites, sendo necessário haver mais políticas e ainda mais diversidade para atender os diferentes públicos que desenvolvem atividades agrícolas. A tabela 05 demonstra os principais canais de comercialização da produção dos agricultores locais entrevistados para esse trabalho.

³ Cidades da região são destaque em premiação nacional sobre a agricultura familiar na escola: No estado onze cidades foram selecionadas; Dois Irmãos, Feliz e Taquara ficaram entre as 25 melhores do país. **Nh.** Novo Hamburgo, 22 ago. 2017. Disponível em: <http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2017/08/noticias/regiao/2160690-cidades-da-regiao-sao-destaque-em-premiacao-nacional-sobre-agricultura-familiar-na-escola.html>. Acesso em: 07 nov. 2017.

Tabela 05: Canais de comercialização produtores entrevistados – Dois Irmãos/RS

	Rural	Urbano	Rurbano
Comércio varejista	1	4	3
Comércio atacadista		3	3
Agroindústria	1		
Cooperativa	1		
PNAE	1	1	1
Atravessador		2	
Não há vendas	3		

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Percebe-se nesta análise que, entre o público da amostra, não foi evidenciado produtor arrendatário ou parceiros que fixem residência em propriedade de terceiros, como já citado acima esta prática é pouca comum no município.

Todas as unidades de produção da zona rural estudadas foram adquiridas pelos proprietários, estes, por sua vez, são de origem de cidades vizinhas ou migrantes que trabalhavam na agricultura em seus municípios de origem e que acabaram deixando para trás uma agricultura que passava por dificuldades. Sem políticas públicas para a agricultura familiar, estes agricultores não tiveram outra opção a não ser irem para os grandes centros atrás de empregos nos setores industriais. Os imigrantes que aqui se instalaram, vieram atrás de emprego no setor coureiro calçadista do município, que demandava por mão-de-obra.

Característico de alguns produtores das três macrozonas foi o fato de que estes adquiriam a propriedade enquanto trabalhavam ou esperavam se aposentar nas fábricas de calçados. O plano foi adquirirem as propriedades na zona rural ou rurbano para trabalhar com a agricultura depois de aposentados.

As propriedades da macrozona rurbana e urbana em sua maioria são de origem de herança de família, sendo que das 10 propriedades visitadas, 7 possuem esta origem. Com destaque para a propriedade da decima primeira entrevista que está há 170 anos na família.

Quanto a questões de investimentos, as unidades de produção, em sua maioria, possuem objetivo de continuar melhorando os seus processos produtivos com a aquisição de maquinários e inserindo novas atividades dentro das propriedades.

As propriedades que não possuem intenção em efetuar futuros investimentos, veem como limitador a idade avançada da família e a falta de incentivos ao pequeno agricultor e ainda encontram como limitador as regras para acessar políticas públicas federais.

Do total das 15 propriedades da amostra, 9 possuem interesse em aumentar ou diversificar a produção, para estes produtores, a crescente demanda por alimentos, principalmente os produzidos pela agricultura familiar, servem de incentivo para estes

permanecerem na atividade, e além de tudo, prosperarem com a agricultura.

O aumento da produtividade passa diretamente por investimentos em infraestruturas, máquinas que facilitam o trabalho e demandam menos mão-de-obra, inserção de tecnologias nas criações dos rebanhos de bovinos, ovinos, caprinos, entre outros, além da inserção de novas atividades agrícolas dentro das propriedades que criam círculos de produção dentro das mesmas. A tabela 06 abaixo demonstra a origem das propriedades das famílias entrevistadas.

Tabela 06: Histórico das propriedades e perspectivas de investimentos das famílias entrevistadas em Dois Irmãos/RS

Entrevista	Propriedade pertence à família há (anos)	Origem da propriedade	Perspectivas de investimento	Porque ou como
Rural				
2	12	Compra	Não	Por serem aposentados pelo INSS não possuem direito a acesso a políticas públicas como o PRONAF
3	32	Compra	Não	Pela idade avançada do casal
9	1	Compra	Sim	Investimento em agroindústria para processamento dos alimentos
10	7	Compra	Não	Por falta de incentivos públicos
14	30	Compra	Sim	Investimentos em máquinas e equipamentos
Urbano				
6	12	Herança	Sim	Inserir na propriedade a criação de ovinos e caprinos
7	50	Herança	Não	Não possui mais disposição pela idade avançada
8	19	Compra	Sim	Investimentos em infraestrutura
11	170	Herança	Sim	Estufas e renovação de maquinário
15	44	Herança	Sim	Aumento da produção de bovinos de corte e aquisição de máquinas e implementos
Rurbano				
1	75	Herança	Não	Por falta de incentivos para os pequenos agricultores
4	2	Compra	Sim	Criação de animais para comercialização e aumento da área de cultivo do milho
5	47	Herança	Sim	Aumentar a produtividade para atender à crescente demanda
12	22	Compra	Sim	Aquisição de estufas para o cultivo do morango e aquisição de vacas leiteiras
13	120	Herança	Não	Chega de investimentos, idade avançada

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Em relação à qualidade do serviço público, os produtores evidenciaram a necessidade de ajustes, e a maioria dos produtores se mostrou descontente quanto à falta de

acompanhamento dos setores responsáveis pela agricultura do município.

Para a amostra da zona rural, a distância que estes precisam se deslocar para terem acesso aos serviços de saúde, e a falta de acompanhamento por agentes de saúde nesta zona são determinantes para esta avaliação. Ressalvo que as maiorias das zonas do município contam com agentes de saúde da família, diferentemente desta área.

Para a maioria do público da amostra das três macrozonas, os serviços como saúde, educação e segurança são considerados bons, diferente da opinião dos entrevistados quando o assunto foi o transporte público municipal, que foi considerado pela maioria como insuficiente para atender a população das zonas mais distante do centro do município. A tabela 07 abaixo demonstra a avaliação da qualidade dos serviços públicos segundo o público de amostra que foi entrevistado nas três macrozonas do município.

Tabela 7: Avaliação dos serviços públicos pelo grupo de amostra

Qualidade dos serviços públicos						
Entrevista	Saúde	Educação	Segurança	Transporte público	Assistência Técnica EMATER	Sindicato dos trabalhadores rurais (STR)
Rural						
2	Bom	Bom	Regular	Insuficiente	Não acessam	Regular
3	Bom	Bom	Bom	Insuficiente	Não acessam	Bom
9	Regular	Regular	Regular	Critico	Bom	Bom
10	Regular	Bom	Regular	Regular	Não acessam	Não acessam
14	Bom	Bom	Regular	Critico	Regular	Regular
Urbano						
6	Bom	Não acessam	Bom	Bom	Não acessam	Não acessam
7	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
8	Bom	Bom	Regular	Insuficiente	Regular	Regular
11	Bom	Bom	Bom	Bom	Não acessam	Regular
15	Bom	Bom	Regular	Regular	Bom	Bom
Rurbano						
1	Bom	Bom	Bom	Insuficiente	Regular	Regular
4	Bom	Bom	Bom	Regular	Não acessam	Não acessam
5	Bom	Bom	Bom	Não acessam	Regular	Regular
12	Bom	Bom	Bom	Insuficiente	Regular	Regular
13	Ótimo	Bom	Bom	Bom	Regular	Bom

Elaborado pelo autor Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Para a maior parte dos entrevistados, a Emater e STR, precisariam trabalhar de forma mais participativa com a comunidade agrícola, para saberem das suas necessidades e problemas e com isso em forma conjunta conseguirem superar os desafios. Fato que deve ser analisado é o grande número de entrevistado que disseram que não acessam os serviços da Emater e também os produtores que preferem pagar por assistência técnica particular.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conclusão das entrevistas e posterior transcrição dos dados levantados nas três macrozonas do município de Dois Irmãos/RS, foi possível identificar que a agricultura sofreu a interferência da industrialização ocorrida no município. Podemos identificar a diminuição do território propriamente rural do município que se viu obrigado a instituir a lei orgânica que limitava o crescimento da zona urbana e protegia a atividade agrícola dentro da macrozona rurbana. Apesar deste movimento, a agricultura do município possui um grande potencial, pois está localizada em um grande centro consumidor e com canais de comercialização para escoamento da produção.

O município de Dois Irmãos, vendo que à prática da agricultura familiar, sua história e cultura estavam sendo ameaçada pela industrialização, que tinha como consequência o aumento populacional que demandava novos locais para a habitação, se viu obrigado a criar regras através do plano diretor que ordenasse a expansão territorial. O macrozoneamento rurbano foi fundamental para a contenção do crescimento desordenado da área urbana sobre o rural. Esta medida veio para proteger as raízes da agricultura no município, proteger os sistemas ambientais urbano/industrial, criar regras para as contribuições tributárias e sobre tudo legalizar e apoiar a prática da agricultura nas áreas urbanas do município.

As atividades praticadas pela maioria dos agricultores das zonas urbana e rurbana possui certa similaridade, porém com perspectivas diferentes. Os rurbanos pensam em expansão e estão mais inseridos nos mercados que os urbanos, que pensam mais em utilizar as atividades até quando derem lucro, pois possuem menor relação com a atividade agrícola pois moram fora da área de produção, diferentes do rurbano, que inclusive arrendam mais áreas para produção de alimentos que abastecem o mercado local e regional, além de possuírem perspectivas de expansão e inserção de novas atividades agrícolas.

Para 4 dos 5 agricultores do meio rural a atividade agrícola serve apenas para se manterem ocupados após a aposentadoria, sendo característica deste grupo a fraca inserção de seus produtos em mercados mais longos, pois sua produção tem como base a subsistência das famílias e a baixa perspectiva de continuidade da atividade agrícola por sucessão familiar, sendo fatores relevantes a precária estrutura de que dispõem, a pouca quantidade de área para produção, a dificuldade para acessar o serviço de transporte escolar, a falta de transporte público e áreas de lazer para a comunidade são fatores que podem afetar o futuro da atividade agrícola nesta zona.

O acesso às políticas públicas pelos grupos da amostra evidenciou que o grupo da zona

rural é o que menos faz uso dos programas, tanto em níveis municipais quanto federais, diferente dos grupos das zonas urbanas e rurbanas que optam pelos incentivos dados pelas políticas públicas.

A pluriatividade, que se instalou nas décadas de 80 e 90 no município, acabou por tirar da agricultura principalmente os jovens, sendo que hoje a população rural do município está envelhecendo e não possui sucessão familiar na maioria das propriedades. Nas entrevistas percebeu-se que as mulheres são as que mais exercem atividades fora das propriedades.

Com a falta de sucessão familiar na maioria das propriedades, percebe-se uma tendência de que muitas se transformem de unidades familiares em empresas rurais, muito por falta de pessoas da família para darem sequência nas atividades, pois mesmo em grupos cuja atividade agrícola está em expansão e possuem uma dinâmica econômica positiva a sucessão é um problema, sendo que estudos que identifiquem essa tendência seriam importantes, pois aqui parece não estar ligada somente a uma questão econômica.

A proximidade entre as áreas do município também é favorável ao aumento de áreas adquiridas por pessoas que se aposentam em atividades fora do rural, formando chácaras ou sítios que irão produzir pequenas quantidades de alguns produtos apenas para o consumo próprio, além de formar circuitos informais de comercialização, ou até mesmo áreas que serão improdutivas. Saliento que já existe procura por pessoas da região metropolitana que procuram por áreas no município para estes fins.

Durante a realização das entrevistas, pode-se perceber, que existe alguns conflitos que são gerados pela proximidade das áreas de produção agrícolas com as áreas residenciais. Entre as divergências mais comuns entre a população agrícola e a não agrícola do município está quando ocorre a adubação orgânica das áreas de produção, é a pulverização com herbicida em determinadas culturas que causam forte cheiro e até por vezes podem causar mal-estar nos indivíduos.

Como limitações para a realização deste estudo, podemos citar a falta de dados concretos sobre as populações que praticam a agricultura em cada uma das macrozonas, bem como, a quantidade de unidades produtivas em cada uma das três zonas.

Como base para um novo estudo, na área rural do município de Dois Irmãos/RS surgem deste estudo algumas perguntas norteadoras; (1) Como aconteceu a sucessão familiar nas propriedades rurais? (2) Como a ativação da Rota Colonial Baumschneis poderia ajudar a manter os jovens na atividade agrícola?

REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Claudinei Moisés et al. **AS DEMANDAS DE UM NOVO RURAL E SUA INSERÇÃO NA EXTENSÃO RURAL: A AGRICULTURA URBANA**. Campo Bom/RS 2013. 19 p. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistematizacao-de-experiencias.php#consulta>>. Acesso em: 09 nov. 2017.
- BOURDIEU, P. **O camponês e seu corpo**. Curitiba: Rev. Sociol. Política, 26, p.83-92, jun. 2006.
- CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo - **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**- Panorama dos últimos 50 anos – IPEA, 1999.
- CORRÊA, R. L. 1999. O Espaço Urbano. São Paulo, Editora Ática. 4a edição. 94 p.
- DOIS IRMÃOS. Milena Maria Mortorelli. Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação. **Plano Municipal de Saneamento Ambiental**. Dois Irmãos, 2012. 104 p. . Disponível em: <<http://www.doisirmaos.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/PMSA-volume-I-Parte-8-Pg-91-a-104.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO: Diferença Salarial entre os Emigrantes Rurais da Paraíba e os Nativos Urbanos Brasileiros**. Recife: UFPB, v. 10, n. 2, 2017.
- EMATER/RS-ASCAR - <http://www.emater.tche.br/site/>. Acessado em 08/11/2017.
- FEE, **Fundação de Economia e Estatística** Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/populacao/censos-demograficos/><Acesso em: 10 de jun. 2017.
- FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Agricultura Familiar e as Rendas Não-Agrícolas na Região Metropolitana de Porto Alegre**: Um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti - RS. 2000. 2006 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Economia Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **IBGE Cidades**. 2006. Disponível em: <<HTTPS://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dois-irmaos/pesquisa/24/27745>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **IBGE Cidades**. 2017. Disponível em: <<HTTPS://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. **IBGE- Cidades**: 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1. ead. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 114 p.

MORAES, Vinícius Silva de. **Industrialização brasileira: de Vargas a FHC**. 2015.

Disponível em:

<<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/industrializacao/industrializacao-brasileira-de-vargas-ao-periodo-neoliberal.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS (Município). Constituição (2006). Lei Orgânica Municipal nº 2.375, de 10 de outubro de 2006. **Institui O Plano Diretor Municipal e Estabelece Proposições de Desenvolvimento no Município de Dois Irmãos**.

RAUBER, Cassiane da Costa. **MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS AGRÁRIOS**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

RODRIGUES, H. F.; SOARES, P.R.R. **Quando a cidade e o campo se encontram:**

tendências atuais da relação urbano-rural no Vale dos Sinos em Paranhana. 2008. s.p.

Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/sobre-cidade-campo.html>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SANTIAGO, Emerson. **Serra Geral- Relevo, clima, fauna e flora:** Geografia - InfoEscola.

2016. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/serra-geral/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, n. 43, p.37-50, dez. 2001.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, p.43-81, maio 1997. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017

SILVA, Nivaldo Pereira da *et al.* **A importância do empreendedor rural para capacitar, desenvolver e equacionar estrategicamente os recursos sustentáveis, gerando renda e qualidade de vida**. 2006. Disponível: < [http://i-](http://i-uma.edu.br/blog/wpadmin/A_importancia_do_empresendedor_rural.pdf)

[uma.edu.br/blog/wpadmin/A_importancia_do_empresendedor_rural.pdf](http://i-uma.edu.br/blog/wpadmin/A_importancia_do_empresendedor_rural.pdf) > Acesso em: 13 jun. 2017

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. 254 p.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Teoria e Evidência

Econômica, Passo Fundo – RS, v.8, n.15 p.117-149, 2000.

SCHNEIDER, S. **O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul:** formação histórica e desenvolvimento. In: Achyles B. da Costa; Maria Cristina Passos. (Org.). Indústria de calçados no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. As Transformações Recentes da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: O Caso da Agricultura de Tempo-Parcial. REVISTA ENSAIOS FEE, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 34, 1995.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C. e MARTINEZ VALE, L. (Org.). A pluriatividade no campo latino-americano. Quito. Fórum, v. 1, p. 132-161, 2009.

STEIN, Juarez. **Dois Irmãos 1985 - Um Divisor de Águas**. Dois Irmãos: 1985.

Triches RM, Schneider S. **Reconstruindo o "elo perdido"**: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). Segur Aliment Nutr. 2010; 17(1):115.

VIER, Justino Antônio. **História de Dois Irmãos–RS–Passado e Presente**. Dois Irmãos, 1999, 444 p.

WEBER, Roswithia. **Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica - RS**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorando em História, Instituto de Filosofias e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

1. Nome e idade do entrevistado (a).
2. Nome e idade do cônjuge (se vivo).
3. Possui filhos? Quantos ().
4. Qual o Sexo e idade dos filhos?
5. Localização? Identificar se é Urbano, Rural ou Rurbano.
6. Há quantos anos a família reside no município?
7. Quantas pessoas moram nesta propriedade?
8. Qual é a área da propriedade?
9. Quais as atividades são desenvolvidas na propriedade?
10. Perspectivas de investimento na agricultura? Porque ou como?
11. Como é feita a venda dos produtos produzidos? Formas de comercialização e tipos de produtos?
12. Algum aposentado na propriedade?
13. A mão-de-obra e toda da família ou existe contratação para algum serviço? Se sim, é temporário ou permanente? Para que períodos?
14. Como os filhos veem as atividades agrícolas?
15. Existe tendência pela sucessão familiar na propriedade?
16. Algum membro da família exerce atividade econômica fora da propriedade? Se sim, onde? E com que frequência?
17. Existe coleta seletiva do lixo? Qual a frequência?
18. Como é acesso a água da propriedade?
19. Quais os serviços que a prefeitura disponibiliza para a família? Transporte público, máquinas e equipamentos, assistência técnicas, segurança, saúde, educação? Com que qualidade na sua opinião?
20. Quais as políticas públicas que acessa para a agricultura? PRONAF, seguro agrícola, PAA, etc.?
21. Frequentam igreja, escola, clubes? Já deixou de participar por causa de dificuldade de deslocamento?
22. Existe propriedades na vizinhança que não praticam agricultura?
23. Algum membro da família optou por sair do meio rural? Se sim, por qual motivo?

24. Existe outros trabalhos não agrícolas que os membros da família realizam? Quais? Qual a divisão do uso do tempo de cada um em atividades agrícolas e não agrícolas?
25. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela família para se manter na atividade rural?
26. Por que optou em morar neste local (espaço urbano, rural ou rurbanos)?
27. Se tivesse oportunidade mudaria? Por que e para onde?
28. Percebe alguma diferença entre os espaços rurais, urbanos e rurbanos? Se sim, quais as principais?

**ANEXO 1 – DIVULGAÇÃO DA FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS E
ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS/RS**



Fonte: Stein, 1985

ANEXO 2 – LEI Nº 2.375/2006, INSTITUIÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS

LEI Nº 2.375/2006

"INSTITUI O PLANO DIRETOR MUNICIPAL E ESTABELECE AS DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS⁴."

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Diretor do Município de Dois Irmãos, com amparo no disposto na Constituição Federal, na Lei Federal N.º10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica Municipal. Parágrafo único. Os princípios, objetivos, diretrizes, fundamento e normas para implantação do Plano Diretor, são aplicáveis a toda a extensão territorial do Município.

Art.2º - O Plano Diretor Municipal de Dois Irmãos - PDMDI é o instrumento de Planejamento Técnico, Administrativo e Político que orienta o desenvolvimento sustentável das ações dos agentes públicos e privados, nos espaços urbano e rural, do território municipal.

TÍTULO II

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E SEU MODELO ESPACIAL

Art.8º - O ordenamento territorial consiste na organização e controle do uso e ocupação do solo no território municipal, de modo a evitar e corrigir as distorções do processo de desenvolvimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida da população.

§ 1º. Em conformidade com o Estatuto da Cidade, o ordenamento territorial abrange todo o território municipal, envolvendo áreas urbanas e áreas rurais. § 2º - O perímetro da Zona urbana é o definido em lei específica.

§ 3º - O modelo espacial do território urbano e rural do município de Dois Irmãos é constituído pelo macrozoneamento, zoneamento, patrimônio histórico e cultural e sistema viário.

⁴ No anexo 3 estão as partes da lei que estabelecem o macrozoneamento do município de Dois Irmãos.

CAPÍTULO I

DO MACROZONEAMENTO

Art. 9º - O Macrozoneamento divide o município em quatro macrozonas e fixa as regras fundamentais de ordenamento do território e tem como objetivo definir diretrizes para a utilização dos instrumentos de ordenação territorial e de zoneamento de uso e ocupação do solo. Art.10 - Consideram-se Macrozonas, as delimitadas no Anexo I - (Mapa do macrozoneamento) desta lei e a seguir discriminadas:

- I - Macrozona de Consolidação Urbana;
- II - Macrozona de Qualificação Rurbana;
- III - Macrozona de Preservação Rural;
- IV - Macrozona de Proteção Ambiental;

Art.12 - A Macrozona de Qualificação Rurbana corresponde à área pertencente ao perímetro urbano de ocupação extensiva e de contenção do crescimento urbano, que se caracteriza pela predominância das atividades do setor primário, áreas com declividades acentuadas, cursos d'água, vegetação nativa, e que, por suas condições fisiográficas, geológicas e botânicas, tenham importância na proteção à paisagem e ao meio ambiente, tendo como objetivos:

- I - promover a manutenção da qualidade ambiental;
- II - promover políticas de desenvolvimento agrosilvopastoril;

Art.13 - A Macrozona de Preservação Rural corresponde à área não incluída no perímetro urbano, destinada às atividades primárias, de produção de alimentos e de reflorestamento, tendo como objetivos:

- I - promover o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;
- II - promover a proteção dos mananciais;
- III - recuperar as áreas ambientalmente degradadas.

Art.14 - A Macrozona de Proteção Ambiental constitui a porção do território urbano e/ou rural do território municipal destinada à proteção do Arroio Feitoria, dos topos de morros e das áreas com declividade incompatíveis à ocupação, tendo como objetivos:

- I - promover a preservação dos recursos hídricos;
- II - promover a proteção das áreas verdes, da mata nativa e da identidade paisagística do município.

Art.24 - O modelo ordenador visa à promoção do planejamento, controle e gestão do uso e ocupação do território municipal através da aplicação dos instrumentos da política urbana e dos indicadores do regime urbanístico.

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Macrozona de Consolidação Urbana ZM1 Áreas com sítios adequados para a ocupação.

Estimular a densificação e otimizar a
infra-estrutura Outorga Onerosa do Direito de
Construir E. I. V.

Macrozona de Qualificação Rurbana Predominância de produção
agrosilvopastoril. Evitar usos conflitantes Estudo de Impacto de Vizinhança

Macrozonas de Preservação Rural e na ZE Zona destinada à produção agrosilvopastoril.
Promover o uso racional dos recursos naturais Estudo de Impacto de Vizinhança

Macrozonas de Consolidação Urbana e de Qualificação Rurbana Em áreas compatíveis aos
usos propostos. Flexibilizar e dinamizar a economia urbana com novos empreendimentos
Direito de Superfície

Macrozona de Consolidação Urbana ZM4 Conforme regras estipuladas pelo modelo
ordenador da zona. Aumentar a oferta de trabalho e renda. Outorga Onerosa do Direito de
Construir

Macrozona de Consolidação Urbana - ZM2

Cascata S. Miguel Áreas ocupadas com título de cessão de posse Legalizar a permanência dos
moradores Regularização Fundiária

Macrozona de Proteção

Ambiental Morros de Dois Irmãos e arroios. Preservação e Recuperação

Ambiental e Paisagística Limitação de Direitos nas Unidades de

Conservação Estímulo Fiscal E.I.V.

Art.26 - Nas zonas em que é permitido utilizar o instrumento da outorga onerosa do direito de
construir, o direito de construir além do permitido, poderá exceder a 25% do IA estabelecido
pelo regime urbanístico.

Art.59 - Na Macrozona de Qualificação Rurbana, serão permitidos:

I - desmembramentos de lotes com área mínima de 600,00 m² e largura mínima de 15,00m;

II - Loteamentos com área mínima de lote de 3.000 m² e largura mínima de 30,00m.

Art.60 - Nas Macrozonas de Qualificação Rurbana e de Proteção Rural, o uso CSTP compreenderá somente depósitos, silos, armazéns e demais construções vinculadas à atividade rural.

Art.61 - Somente será permitido o parcelamento de glebas localizadas na Macrozona de Proteção Rural quando respeitado o módulo mínimo de 2 ha.

Parágrafo Único - É vedada a implantação de condomínios por unidade autônoma na Macrozona de Proteção Rural.

Art.62 - Na Macrozona de Proteção Rural serão permitidos os seguintes usos: residencial unifamiliar, ERLN, CSTP, CSR, RT, I .1, agroindustriais e comércio de abastecimento.

CAPÍTULO I

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS, RS 10 de OUTUBRO DE 2006.

RENATO DEXHEIMER
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRE-SE E PULIQUE-SE

GUIDO PAULO MULLER,
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E
ESCLARECIDO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “As Diferentes Dinâmicas Sociais E Econômicas Frente Aos ‘Novos’ Espaços Rurais No Município De Dois Irmãos: Um Estudo Comparado Entre Os Espaços Rurais, Urbanos E Rurbano” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

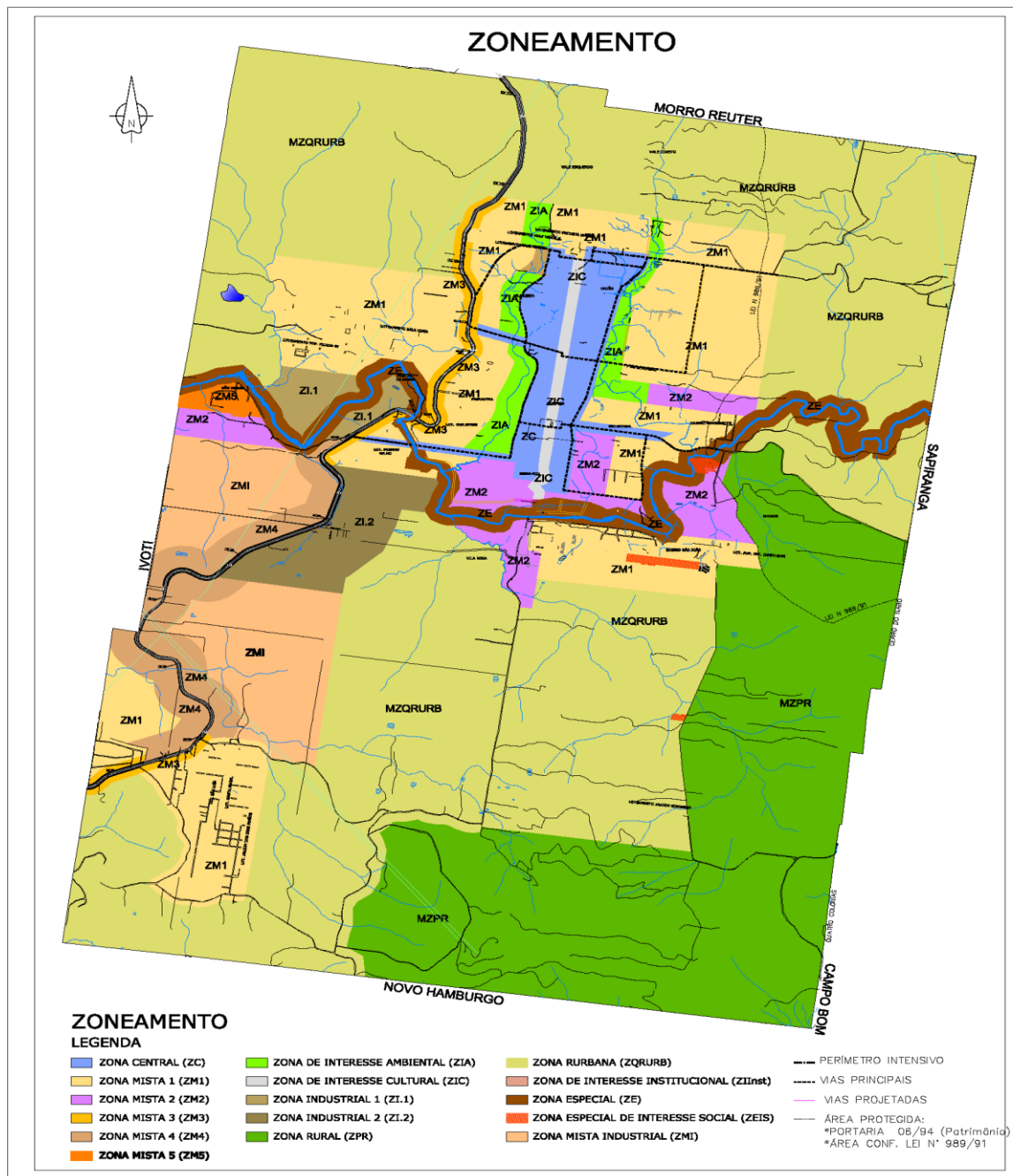
Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “‘Novos’ Espaços Rurais No Município De Dois Irmãos: Um Estudo Comparado Entre Os Espaços Rurais, Urbanos E Rurbano” – *do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo geral deste estudo é caracterizar as dinâmicas das populações que vivem no meio rural, rurbano e urbano, porém com atividades rurais, no município de Dois Irmãos, RS. Os objetivos específicos são: (1) identificar quais as diferentes políticas de infraestrutura e desenvolvimento econômico em cada um destes espaços; (2) Compreender as relações entre o trabalho agrícola e não agrícola em cada um destes espaços, com foco na pluriatividade; (3) Analisar as perspectivas das famílias quanto às atividades agrícolas, em cada um destes espaços.

A minha participação consiste na recepção do aluno Jarbas Leandro Engster para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação (e a da propriedade/agroindústria/cooperativa/outra para a publicação no TCC.) Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____
(Cidade local), ____/____/2017

ANEXO 4 – ZONAMENTO DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS/RS



Fonte: Prefeitura Municipal de Dois Irmãos (2006)